



40 anos  
UnB à frente!

Lauro Morhy  
organizador geral

Volume 2

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial



EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

*Brasil em Questão* foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial

*Fernando Henrique Cardoso*  
Presidente da República

*Paulo Renato Souza*  
Ministro da Educação

*Francisco César de Sá Barreto*  
Secretário de Educação Superior

## **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

### **Conselho Diretor**

*Lauro Morhy* – Presidente  
*Antônio C. de Matos Paiva*  
*Carlos Alberto Rodrigues da Cunha*  
*Carolina Martuscelli Bori*  
*Flávio Rabelo Versiani*  
*Inocência Mártires Coelho*  
*Gileno Fernandes Marcelino*  
*Jacques Rocha Velloso*

## **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Reitor: *Lauro Morhy*  
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*  
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*  
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*  
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*  
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmair Weidle*  
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*  
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*  
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*  
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial

Organizador Geral

**Lauro Morhy**

Co-organizadores

**Marcos Formiga**

**Regina Marques**

**Adler Andrade**

**Tânia Costa**

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

---

**2002**

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.ª DR.ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B823                      Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-  
                                    cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-  
                                    dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :  
                                    Editora Universidade de Brasília, 2002.  
                                    264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.  
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro  
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

---

## Sumário

### APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

### Parte I

#### Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto  Ciro Gomes 15

14 de agosto  Anthony Garotinho 63

04 de setembro  Luiz Inácio Lula da Silva 97

### Parte II

#### Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

### Parte III

#### Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES  
Associação Nacional dos Dirigentes das  
Instituições Federais de Ensino Superior 201

Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	207
Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância	229
Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais	233
Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	247

An abstract painting in shades of brown and tan. It features a large, stylized face in the center, composed of simple shapes like circles for eyes and a dark, thick outline for the mouth and jawline. The background is a mix of textured brushstrokes and flat areas of color, creating a layered, sculptural effect.

**Respostas**  
**Fórum *Brasil em Questão***

**José  
Serra**

**José Maria  
de Almeida**

**Rui Costa  
Pimenta**

**Parte II**



■ **Pergunta nº 1:** Em sua proposta de governo, o senhor declara o compromisso de não deixar trabalhador algum sem emprego em nosso País. Quais as medidas a serem tomadas para tornar isso uma realidade? Como o senhor pretende, ainda, estimular a ampliação do Mercado formal de trabalho?

**José Maria de Almeida:** A crise chegou ao Brasil. Seja qual for o presidente, é muito provável que ocorra explosão econômica semelhante à da Argentina nos próximos meses. Na propaganda eleitoral, no entanto, os candidatos majoritários prometem o paraíso, bastando que se vote em um deles. Prometem 8 ou 10 milhões de empregos, mesmo sabendo que, com a manutenção do modelo o que vai ocorrer é o aumento do desemprego.

É hora de dizer a verdade aos trabalhadores e aos jovens. É hora de encarar com seriedade opção anticapitalista para enfrentar esta crise.

Até hoje todas as saídas para enfrentar a crise têm sido a partir da mesma lógica: como preservar os interesses das grandes empresas à custa dos salários e dos empregos dos trabalhadores.

A idéia central é atrair os grandes investidores, como assegurar seus lucros, de tal maneira a que eles queiram “seguir investindo”. Com esta lógica, não nos admira como os programas econômicos estejam tão parecidos. Sempre defendem a manutenção das relações com o FMI, a estabilidade fiscal e, em essência, a continuidade do programa econômico atual.

Por este motivo, a primeira medida para enfrentar esta situação seria aplicar o resultado do plebiscito realizado em setembro pela CNBB e pelo movimento sindical, estudantil e popular, em que mais de 10 milhões de pessoas se posicionaram pela ruptura das negociações da ALCA. Da mesma forma, o plebiscito realizado em 2000 pelas mesmas forças determinou o não-pagamento da dívida externa e a ruptura com o FMI. Estas são, ao nosso ver, os elementos centrais para encarar nova opção para o País. Sem isso, não existe maneira alguma de avançar.

A candidatura de Serra é assumidamente a continuidade do atual plano econômico. Ciro Gomes fala contra o atual modelo, mas foi um dos seus artífices como Ministro da Fazenda. Além disso, apoiou o atual acordo com o FMI, que balizará a política econômica do próximo governo. Garotinho posa de oposição somente como manobra eleitoral para crescer nas pesquisas, junto com um populismo grosseiro e da manipulação religiosa. Era um dos governos mais alinhados com FHC; sua ruptura com o PDT foi em acordo com o governo federal. Caso cresça nas pesquisas, voltará ao leito habitual do plano neoliberal.

O PT poderia ser opção ao modelo econômico atual, ao neoliberalismo. No entanto, Lula também apoiou o acordo com o FMI. Isso por si só já define um possível governo petista, como mais um dentro do plano neoliberal. Ou alguém acredita em Papai Noel com o FMI aceitando governo antineoliberal? A aceitação do *superavit* primário, da continuidade do pagamento da dívida

interna e da externa condicionam todo o governo Lula e desmentem todas as promessas de melhorias sociais. Essas promessas passam a ser somente isso: mais promessas semelhantes às de Serra, Ciro e Garotinho.

O programa de governo de Serra e o de Ciro, assim como de Lula, fazem claramente uma opção: a de que a solução de todos os problemas sociais do País está no crescimento econômico. No entanto, o crescimento, dentro da economia capitalista, não assegura absolutamente nada. O padrão de acumulação capitalista, imposto pelas grandes empresas imperialistas (e que nenhum deles, nem Lula, se dispõe a mudar), significa mais desemprego e menores salários mesmo em períodos de crescimento.

Para mudar a situação social é preciso romper com o atual modelo. Para conseguir recursos para os programas sociais é necessário tirar das grandes empresas. Por isso, apresentamos uma série de medidas que demonstram como, rompendo com o imperialismo, poderíamos levantar os recursos, não só para garantir condições dignas de vida e trabalho para a população, mas também para impulsionar verdadeiro crescimento econômico e cultural do País.

Este programa parte da ruptura com a ALCA e com o FMI e do não-pagamento da dívida externa. Sem isso, não existe possibilidade alguma de resolução dos problemas sociais deste país.

O pagamento destas dívidas impõe enorme sangria das riquezas do País e do fruto do trabalho de milhões de trabalhadores. O primeiro governo FHC (1995–1998) pagou 128 bilhões de Dólares de juros, encargos e amortizações só com a dívida externa. Deve terminar o segundo mandato tendo pagado 348 bilhões de Dólares para os banqueiros internacionais.

A dívida interna é outro desastre, talvez ainda maior. Em janeiro de 1995, na posse de FHC, era de 153 bilhões de Reais, 30,4% do PIB na época. Em setembro de 2002, já alcançou 809 bilhões de Reais, 61,9% do PIB, correspondente a 260 bilhões de Dólares. Pode chegar até o fim do ano a 70% do PIB.

A combinação entre a dívida interna e externa é altamente explosiva. Basta dizer que, em 2001, foram gastos no pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, interna e externa, 142 bilhões de Reais. Isto significa mais de cinco vezes o que foi gasto em saúde, quase oito vezes o que foi gasto em educação em 2001. Estes 142 bilhões de Reais destinados ao pagamento da dívida pública correspondem a cerca de 70% de tudo o que o governo arrecadou com impostos e contribuições sociais em 2001: 197 bilhões de Reais.

Os números do orçamento demonstram a grande mentira dos que afirmam que “o Estado gasta muito e deve ser diminuído”. Considerando somente o que gasta – com os salários do funcionalismo, despesas gerais, investimentos, ou seja, tudo o que gasta, menos os juros da dívida interna – e o que recebe com os impostos, o governo tem lucro, ou seja, um *superavit*, que é chamado “*superavit primário*”.

O governo diminui os gastos em educação, saúde, transporte, etc., para conseguir *superavit primário* nas contas públicas, para pagar os grandes banqueiros. O acordo com o FMI, aplaudido por Serra, Ciro e Lula, prevê *superavit* mínimo de 3,75%, mas já se fala em 5 ou 6%, “para enfrentar a crise”.

Aqui se revela o centro do problema: onde se testam os programas? Como dizíamos acima, não se pode propor resolver os problemas sociais sem romper com este mecanismo infernal da dívida interna e da externa. Todos os partidos burgueses, assim como o PT, apresentam seus programas sabendo disso, mas, mesmo

assim, conscientemente, apresentam a farsa de uma mudança social mantendo o pagamento das dívidas.

O FMI controla cotidianamente a condução da economia do País, determinando o que se pode e o que não se pode fazer. Os “acordos” com o FMI retiram grande parte da soberania do País. Caso a ALCA venha a ser imposta, já não restará soberania alguma e voltaremos a ser uma colônia, agora dos EUA.

É preciso ter a ousadia política para romper com o pagamento das dívidas, o que significa romper com o FMI e suas imposições. Romper com as negociações da ALCA, para evitar a recolonização completa do País. Isso é absolutamente imprescindível para avançar em qualquer plano sério para mudar o País. Mas isto é o oposto do que propõe um possível governo do PT.

O PT apoiou o último acordo do governo FHC com o FMI, aceitando desde já o modelo neoliberal e as regras draconianas de um *superavit* fiscal mínimo de 3,75. Em um jantar, com representantes da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), afirmou que: “Não é contra a ALCA, pois isso seria como ser contra o livre comércio.”. O programa econômico oficial, apresentado por Lula, afirma ser contra a ALCA como está sendo apresentada hoje, em função das medidas protecionistas extra-alfandegárias, como a sobretaxa do aço, etc. Isso significa que, caso estas medidas sejam negociadas pelo imperialismo, um possível governo Lula pode assinar o acordo da ALCA, mesmo com o resultado incontestável do plebiscito de setembro.

Defendemos plano de emergência para enfrentar os gravíssimos problemas econômicos e sociais do País. Ao contrário dos outros partidos, nós dizemos de onde poderia sair o dinheiro para começar a resolver os problemas sociais do país: sairia dos bolsos dos banqueiros internacionais e nacionais pelo não-pagamento a eles da dívida externa e da interna.

Pensemos um plano de emergência de dois anos, que enfrente alguns dos gravíssimos problemas sociais, impossíveis de serem solucionados no atual modelo econômico, como o desemprego, a questão agrária, o *deficit* habitacional, os enormes problemas de Saúde e Educação. Tomemos como referência o dinheiro gasto no serviço destas dívidas em 2001 (142 bilhões de Reais) e pensemos em utilizar este dinheiro por dois anos para atacar estes problemas sociais.

Em dois anos, com estes 284 bilhões de Reais, poderemos financiar um Plano de Obras Públicas Populares para a solução do *deficit* habitacional no País, que construiria as 5,4 milhões de casas populares que faltam, ao custo médio de 15 mil Reais cada (custo total de 81 bilhões de Reais). Este plano de obras empregaria os milhões de desempregados hoje existentes em um mutirão nacional para a construção de casas populares. Aplicaríamos outros 90 bilhões de Reais neste plano para obras públicas de saneamento, como a instalação de rede de água e esgotos em bairros populares; construção de escolas e hospitais; obras contra a seca no Nordeste; ferrovias e obras de transporte urbano como o metrô e os trens urbanos.

Quem pagaria a conta desta vez não seria os trabalhadores, mas os grandes banqueiros. O plano seria financiado pelo dinheiro do não-pagamento da dívida interna e da externa. O núcleo central do plano, com as casas populares, custaria em torno de 81 bilhões de Reais a preços de hoje. O direito ao trabalho é um direito mínimo em uma sociedade capitalista, é o direito a ser explorado. E mesmo este direito hoje é negado a um número crescente de trabalhadores.

O dinheiro que não seria pago da dívida externa e da interna também daria para financiar o assentamento, em terras desapropriadas dos latifundiários, das 4,5 milhões de famílias sem-terra do País, com um crédito de 30 mil Reais a cada uma

(135 bilhões de Reais). Ainda como parte do mesmo dinheiro, dobraríamos as verbas para a educação (17,9 bilhões a mais) e saúde (27,9 bilhões a mais) nestes dois anos.

Este seria o núcleo de um plano econômico imediato, que teria o caráter inédito de atacar o lucro das grandes empresas internacionais e nacionais e solucionar problemas sociais tão sérios como o desemprego, a habitação, a questão agrária, além de dar salto na educação e saúde.

Dá para resolver os problemas sociais do País? É lógico que sim, desde que tenhamos a disposição de enfrentar as grandes empresas com um plano econômico antiimperialista e anticapitalista, em ruptura clara e consciente com o rumo que até agora vem sendo imposto ao Brasil.

O PSDB, PMDB, PPS, PSB e até o PT, junto com a grande imprensa, dizem que não é possível promover esta ruptura. Eles se apoiam em dois argumentos principais. O primeiro é “quem deve tem de pagar”. Tentam comparar com a honesta posição de um operário que paga, com toda a seriedade, o financiamento de uma geladeira, mesmo com todas as dificuldades, para “não ficar com o nome sujo na praça”.

No entanto, aqui a situação é inversa: não tivemos benefícios (as nossas “geladeiras”) com a dívida, ou seja, esta dívida não tem legitimidade alguma. Enquanto ela aumentava, os salários e os empregos dos trabalhadores diminuía e a estrutura produtiva do País não crescia.

Além disso, já pagamos a dívida diversas vezes. Somente o governo FHC, em seus dois mandatos, como vimos, deve pagar 348 bilhões de Dólares de juros e amortizações da dívida externa, ou seja, mais duas vezes o montante da dívida no início de seu governo (148 bilhões de Dólares). Em relação à dívida interna, já vimos como foram pagos somente de juros 506 bilhões de Reais

no governo FHC, ou seja, mais de três vezes a dívida interna existente na sua posse.

O segundo grande argumento dos que defendem a continuidade do pagamento é que uma ruptura nos levaria ao caos, pelo fim dos financiamentos externos para a produção e fechamento do Mercado internacional. O calote no pagamento da dívida seria acabar com a estabilidade existente. A direção do PT fala mais ou menos a mesma coisa, colocando-se também na defesa da “estabilidade”.

Mas, o caos não virá com possível ruptura. O caos já existe hoje, nas situações de barbárie do cotidiano das grandes cidades: crianças garimpando seu almoço nos lixões, o desespero de milhões de desempregados, a violência tomando conta das cidades. Pior ainda, a continuidade do plano neoliberal defendida por FHC–Serra vai levar o País a uma explosão da economia como na Argentina. Não foi a vitória de um governo de oposição que levou à crise desse país, como FHC afirma, mas o fato de que o governo De la Rúa seguiu aplicando o mesmo plano neoliberal dos governos anteriores.

Se vier a ALCA, defendida em primeiro lugar pelo governo, ou houver uma explosão econômica como na Argentina, a situação vai-se agravar qualitativamente, ou seja, a ruptura é o melhor caminho, entre outras coisas porque abriria a possibilidade de evitar o caos que a burguesia está impondo ao País.

Por isso, não é possível evitar o calote. É preciso optar qual o calote deve ser feito. Até hoje FHC vem dando um calote na Constituição, ao impor salário mínimo equivalente a 26,79% do que está definido constitucionalmente. Existe um calote social de enorme crueldade, que sacrifica a vida, a educação e a saúde de milhões de pobres e miseráveis para garantir que não haja um calote aos banqueiros.

Não é verdade que uma ruptura impediria a vinda de investimentos externos produtivos. Estes investimentos, em essência, já não existem hoje. A maioria do capital que chega ao País vem financiar o pagamento da dívida externa e interna, ou seja, só serve para realimentar a ciranda das dívidas. A outra parte vem para as privatizações das empresas públicas ou compra das empresas privadas nacionais, sem aporte real algum à produção.

Nas contas externas, o item contas correntes reflete as relações do País com o resto do mundo: se é positivo, significa que o País está recebendo mais recursos do que está enviando ao Exterior, e se é negativo (como é o caso brasileiro), isto quer dizer que o País está enviando mais capital para o Exterior do que recebe. Na década de 80, o País “exportou” 42 bilhões de Dólares, a mais do que tudo o que entrou. Na década de 90, este processo de sangria se acelerou: 155,7 bilhões de Dólares saíram do País, a mais do que tudo o que se recebe.

Os propagandistas do *status quo* dirão, mais uma vez, que estas propostas são utópicas, irrealistas. Como último argumento, dizem que o governo dos EUA invadiu o Brasil e não teríamos condições de reagir. Eles defendem a manutenção da situação atual, com os mesmos argumentos dos que dizem que não se pode fazer uma greve porque a burguesia tem a polícia e o exército ao seu lado. Ou os mesmos argumentos dos que diziam que era impossível a derrubada da ditadura militar ou a queda de Collor. Nós responderemos que não existem mudanças profundas sem rupturas, que não existiria a Revolução Cubana e nenhuma revolução, se se aceitasse esta postura conformista. A ruptura de um país como o Brasil provocaria mudança na situação da luta de classes em todo o continente latino-americano. Onda de simpatia generalizar-se-ia pelas massas do continente, ainda mais neste ambiente anti-norte-americano que está se gerando com a administração Bush.

As lutas que existem hoje, como na Argentina, seriam reforçadas. Poderíamos ir a um processo conjunto com outros países, de ruptura com o imperialismo, abrindo novas possibilidades políticas e econômicas.

E, por fim, utópica é a proposta de melhoria da situação social de nosso povo sem ruptura com este modelo. Aliás, utópica e reacionária.

■ **Pergunta nº 2:** O tema previdência social é, indubitavelmente, um dos principais itens da agenda pública brasileira. O *deficit* da previdência e o envelhecimento de nossa população, apontados por muitos especialistas, estimulam a discussão sobre opções de financiamento e sustentabilidade do sistema previdenciário em nosso País. Diante desse cenário, o senhor considera viável, como é afirmado em sua proposta de governo, não promover uma reforma da Previdência?

**José Maria de Almeida:** O governo FHC impôs, anos após ano, seu plano de reforma do Estado, levando à situação catastrófica atual. A ideologia neoliberal do “Estado mínimo”, na realidade, significa redução da presença do Estado na garantia de serviços como saúde e educação para ampliar as garantias de lucro para o capital.

FHC conseguiu isso com a privatização dos serviços, os cortes nas verbas sociais e a redução dos salários do funcionalismo em aproximadamente 50%. Além disso, impulsionou diretamente reformas como a educacional e a da previdência que implicaram profundos retrocessos para o povo brasileiro.

O maior símbolo do pensamento neoliberal é a reforma da previdência. É um símbolo porque ataca um setor particularmente desprotegido, os idosos, com o cínico objetivo de conseguir mais

fundos para entregar aos banqueiros com o pagamento da dívida. FHC conseguiu avançar na reforma da previdência de 1998, atacando o direito à aposentadoria dos trabalhadores.

A aposentadoria deixou de ser por tempo de serviço para ser contada por tempo de contribuição de 35 anos para os homens e 30 para as mulheres. Quem não tiver esse tempo de contribuição tem de ter no mínimo 65 anos (homens) ou 60 (mulheres). Em um país com expectativa média de vida de 66 anos, isso significa que a maioria da população vai trabalhar até morrer, sem direito a aposentadoria. Os trabalhadores informais – hoje, a maioria da população – também ficam diretamente sem direito à aposentadoria. O estímulo às empresas de previdência privada (ou “complementar”) completa o quadro da política de FHC.

O chamado *deficit* da previdência, motivo alegado pelo governo para a reforma, não passa de mais uma das manobras do governo para justificar-se. Em primeiro lugar, o *deficit* é ampliado por manobras contábeis, ao se retirarem das entradas as contribuições sociais, como as do CONFINS e CSLL. No balanço geral da seguridade social (saúde, previdência, assistência social) de 2001, pode-se observar que houve *superavit* de 31,4 bilhões de Reais que foram utilizados como parte do pagamento da dívida pública. As receitas foram de 136,8 bilhões de Reais (COFINS, CSLL, CPMF, arrecadação previdência, etc.) e as despesas de 105,4 bilhões (benefícios previdência, saúde, etc.). Existe *deficit* entre arrecadação e gastos na previdência, que se transforma em um *superavit*, quando se analisa a seguridade social como um todo (incluindo também a saúde e assistência social). Este *superavit* desmente todas as mentiras do governo em relação ao “*deficit* da previdência”. O governo faz uma manobra, retirando 70% das entradas das contribuições sociais, como as do CONFINS e CSLL, para gerar o “*deficit*”.

Em segundo lugar, o governo não ataca as empresas que sonham o pagamento de suas contribuições, gerando grande parte do *deficit*, preferindo, mais uma vez, apenar os trabalhadores. Por último, a integração dos trabalhadores informais ao Mercado formal, com carteira assinada, também elevaria as contribuições para a previdência.

O PSTU defende a anulação de todas as leis e todos os decretos relacionados com a reforma do Estado e, em primeiro lugar, a reforma da Previdência. O direito à aposentadoria deve ser integral para todos os trabalhadores da cidade e do campo.

■ **Pergunta nº 3:** Sua proposta de governo identifica a necessidade de promover a defesa da arte e da cultura brasileiras. Quais serão as medidas práticas a serem tomadas com esse objetivo?

**José Maria de Almeida:** A burguesia deu um caráter de mercadoria para a arte e busca, permanentemente, esvaziar e manipular seu conteúdo. Tirou dela tudo o que não se enquadra nas leis de Mercado, para que ela sedimente os valores básicos da sociedade burguesa: a propriedade privada, o individualismo (a livre iniciativa), os privilégios, a família como célula máter do capitalismo, a degradação do trabalho manual.

Esse caráter da arte, longe de garantir a valorização do artista, o degrada e faz dele um vil serviçal do poder, do dinheiro e do prestígio. A situação da cultura e das artes é agravada com o processo de recolonização que impõe padrões culturais brancos e burgueses, moldados em Hollywood, e martelados na consciência das massas pelos grandes meios de comunicação, como a Rede Globo.

Isso traz a imposição de padrões de conduta, de descaracterização do que há de mais autêntico em cultura

libertária, de vanguarda ou popular. Há inegável aprofundamento da indústria cultural, com o fortalecimento das multinacionais da cultura, o aumento do desemprego entre os artistas e o predomínio de um tipo de arte a serviço da disseminação dos mais desprezíveis valores burgueses.

Os pontos programáticos fundamentais que apresentamos são os seguintes:

- Toda liberdade à arte e aos artistas;
- Democratização da arte e da cultura.

Algo que deve começar, obrigatoriamente, pela democratização dos meios de comunicação. Hoje, a distribuição de concessões é uma escandalosa jogatina. Rádios e TVs servem como moeda de troca para os interesses das elites do País e do governo. Defendemos a estatização de todos os meios de comunicação, o incentivo ao desenvolvimento de rádios e TVs comunitárias (hoje chamadas erroneamente de “piratas”), sob o controle das comunidades que os operem.

Neste sentido, também defendemos o incentivo e a valorização de todas as manifestações da cultura popular – como as festas populares, as rodas de samba, o teatro de rua – e lutamos contra a sua mercantilização, que busca transformá-las em atração turística. Como também defendemos o incentivo e o apoio aos movimentos de contracultura, como o *hip hop*, o cinema “marginal”, o teatro “alternativo” e outros.

- Facilitar as condições da produção artística

A arte deve ser obrigação do Estado. Seu financiamento deve estar previsto no orçamento e a distribuição das verbas deverá ficar a cargo dos artistas e da comunidade. Por isso, somos pelo fim da lei Rouanet e todas as chamadas leis de incentivo à cultura – municipais e estaduais –, que não passam de maneiras pouco

disfarçadas de promover uma arte subserviente ao Mercado e poupar as grandes empresas do pagamento de impostos.

Hoje, devido a estas leis, artistas e produtores culturais são praticamente obrigados a se sujeitar aos critérios (incluindo na formação de elencos e desenvolvimento de temas) para conseguir o financiamento das empresas que “apóiam” suas iniciativas. Em contrapartida, além da isenção fiscal, estas empresas lucram rios de dinheiro com o patrocínio, enquanto o Estado se “desobriga” do financiamento.

■ **Pergunta nº 4:** Qual papel é atribuído ao ensino superior público em sua proposta de governo?

**José Maria de Almeida:** O ensino superior público no Brasil hoje está em situação dramática. Existe pequeno número de vagas oferecidas pela Universidade Brasileira, sendo que a maioria delas está em escolas privadas. O número de jovens que saem do ensino médio é de aproximadamente 1.853.343 milhões a cada ano, para apenas 776.031 vagas oferecidas ao todo no ensino superior. Destas, 570.306 estão na rede privada, 206.275 nas públicas e somente 90.788 nas federais (*PNE/Dados de 1998*).

Vale ressaltar, aqui, que há menos de uma década essa relação era inversa. O que assistimos nos últimos cinco anos é um crescimento acelerado das faculdades pagas. A região norte é a única onde ainda há mais oferta de ensino público do que privado.

A universidade pública vive uma crise dramática com corte de verbas, congelamento salarial para docentes e funcionários, ataques do governo à autonomia universitária, etc. Enquanto isso, as Universidades pagas têm hoje à sua disposição uma liberdade tal que permite a seus donos lucrarem cerca de R\$ 5 bilhões ao ano.

Toda essa realidade da educação no Brasil coloca nosso país em situação incomparavelmente inferior em relação, não só aos países desenvolvidos, mas, ressalte-se, diante de países cuja economia é igual ou inferior à brasileira.

Todo o projeto da reforma educacional de FHC e Paulo Renato baseia-se na estratégia proposta pelo Banco Mundial, concretizada no Brasil pela aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em dezembro de 1996. Essa instituição, controlada pelo governo norte-americano, inclui exigências de ajustes estruturais na economia dos países que recebem seus empréstimos. Entre essas exigências estão reformas na estrutura do ensino desses países, sob a base do descomprometimento do Estado com o financiamento e com uma mudança radical do ensino, adequando-o às necessidades do Mercado, ou seja, formação mais rápida e barata.

No ensino superior, isso significa que, incluindo as instituições públicas, devem adaptar-se às exigências dos grandes monopólios, com a adoção de cursos breves, de no máximo dois anos, voltados para as aplicações “práticas” e, não, para a mera reprodução dos conhecimentos científicos e tecnológicos, importados dos centros industriais dos países desenvolvidos e para as necessidades científicas e tecnológicas do País.

Todas essas diretrizes vêm sendo aplicadas à risca pelo governo FHC e têm como consequência direta a falta de vagas nas escolas, a diminuição de verbas federais para a educação e a crise da Universidade Pública.

Mas, isso é só o começo. Caso o FMI e os EUA consigam implementar a ALCA, a educação pública sofrerá retrocesso ainda maior no País. Existem já vários acordos feitos no âmbito da OMC que, por meio da ALCA, serão postos em prática. Um dos pontos cruciais é a inclusão da educação como setor de serviços, ou seja, a educação deixa de ser um dever do Estado e um direito do povo

e passa a ser um serviço, portanto, como tal, deve ser comprado e negociado a partir das leis do Mercado.

Com a ALCA, uma empresa estrangeira de educação terá o direito de reivindicar as mesmas verbas das escolas públicas, com o argumento de garantir direitos iguais para livre concorrência. Se o Estado não cumprir essas regras, poderá sofrer sérias sanções e pagar multas exorbitantes.

Com a ALCA, o País perde o poder de determinar a qualidade do ensino, o conteúdo de seus currículos, etc., sendo obrigado a reconhecer qualquer currículo que venha de fora, por pior que seja. Será questão de tempo o fim de todas as escolas públicas, desde o nível básico às Universidades.

Para que essa situação seja mudada radicalmente, para que a Educação seja de fato fator de desenvolvimento do País, para que se erradique o analfabetismo, é preciso que haja verdadeira revolução no sentido oposto ao que o governo vem fazendo.

Em primeiro lugar, temos de impedir a ALCA e deixar de pagar a dívida externa e a interna, para que, de fato, o dinheiro do povo seja investido na Educação e, não, para engordar os bolsos dos banqueiros e empresários internacionais e nacionais.

O PSTU pronuncia-se totalmente contra a Reforma Educacional do governo FHC e contra a ingerência do Banco Mundial na educação nacional.

O PSTU defende o financiamento integral do ensino básico, médio e superior como um dever do Estado, ou seja, o Estado deve garantir ensino público e gratuito para todos. Isso significa que a educação não pode ser tratada como um negócio que tem, como objetivo, o lucro e que vende um produto que só é fornecido aos que podem comprá-lo.

Para garantir ensino público para todos, é preciso acabar com o mercantilismo na educação e os enormes lucros que as

instituições de ensino particulares vêm obtendo. Por isso, o PSTU defende o fim do ensino pago. Nenhum tostão para subsidiar os programas de parceria das escolas e Universidades com as empresas. Fim dos subsídios e incentivos do Estado para expansão da rede particular, com as bolsas de estudo para as escolas pagas e o Financiamento Estudantil (FIES) para as faculdades particulares.

Redução das mensalidades nas Escolas e Faculdades particulares! Em defesa dos inadimplentes! Anistia das dívidas imediatamente! Nenhum estudante fora da escola; todos têm direito de freqüentar as aulas, realizar provas e solicitar transferências a qualquer momento!

Defendemos o aumento geral de vagas, para garantir o acesso de todos à educação pública em todos os níveis, com o dinheiro da dívida.

Somos contra a inspeção e os órgãos de supervisão escolar! Defendemos um Conselho Nacional de Educação e conselhos estaduais e municipais compostos paritariamente por trabalhadores em educação, estudantes e representantes dos sindicatos e entidades populares, eleitos democraticamente e com mandatos revogáveis.

Defendemos o fim do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos de Ensino Superior (“Provão”) que são utilizados para classificar as instituições de acordo com a imposição destes critérios.

O PSTU propõe a eleição direta para diretores e conselhos de escola, para reitores e órgãos colegiados das Universidades por meio do voto de professores, estudantes e funcionários. Esses organismos, com a participação da comunidade, devem ter autonomia didática, pedagógica e de gestão financeira, assim como controlar a qualidade do ensino.

Defendemos também política salarial para os professores que estabeleça o salário mínimo do Dieese para um regime de 20 horas semanais.

Para financiar a educação, defendemos a aplicação plena e direta de, no mínimo, 18% da receita tributária da União e 25% para os Estados e 30% para os municípios. Além disso, defendemos dobrar o orçamento dos atuais 17,9 para 35,8 bilhões de Reais com a verba do não-pagamento da dívida externa.

**Pergunta nº 5:** Sua proposta de governo sugere a criação, como uma das opções para proteger a Amazônia e seu meio ambiente, de Reservas Extrativistas, “(...) espaços territoriais destinados à exploração e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos”. Gostaríamos de que o senhor detalhasse essa proposta e outras medidas a serem tomadas para assegurar a proteção da região amazônica.

**José Maria de Almeida:** A ação humana modifica o meio ambiente. Pode-se realizar em maior equilíbrio com a natureza ou causar desastrosa degradação ambiental. Podemos sentir diretamente os efeitos do capitalismo decadente sobre os homens e as mulheres a nossa volta, cortando nossos salários e empregos. Ataque de dimensões semelhantes, ameaçador e revoltante, está sendo cometido contra a natureza.

Existe uma destruição do meio ambiente em escala global, com efeitos que podem atingir brutalmente a humanidade. Nunca em sua história, o capitalismo modificou de forma tão agressiva e destrutiva a natureza como agora. Já existem sinais de grandes mudanças no clima, como as secas na Amazônia, enchentes no Brasil e na Argentina, derretimento de geleiras próximas aos pólos.

A poluição atmosférica e dos rios nas grandes cidades são só os efeitos mais visíveis de séria ameaça ambiental a toda a humanidade. O efeito estufa, causado pela emissão em grandes quantidades de gás carbônico (pela queima de petróleo, carvão mineral e gás), vai aquecendo o Planeta e gerando estas mudanças climáticas.

O imperialismo norte-americano, responsável sozinho pela emissão de 25% dos gases do Planeta, recusa-se a assinar até mesmo um tratado limitado e tímido como o de Kyoto (que prevê redução gradualíssima da emissão de gases até 2050). O governo Bush, apoiado e financiado pelas empresas de energia dos EUA, não quer aceitar limitação alguma à atuação destas empresas, enfraquecendo e quase inviabilizando qualquer acordo. A impotência completa da *Conferência Rio+10* deve-se a esta postura do governo Bush e a subserviência dos outros governos.

As multinacionais poderão, com a ALCA,, patentear todas as plantas e microorganismos da Amazônia. As empresas farmacêuticas movimentam mais de 40 bilhões de Dólares por ano em produtos a partir de componentes originários de florestas tropicais e têm enorme interesse na Amazônia. O IBAMA calcula que a biodiversidade brasileira, hoje, vale mais do que quatro vezes o PIB nacional.

A Amazônia, como um todo, é uma das pretensões imperialistas. Além da biodiversidade, tem enorme importância por sua extensão (mais de 6 milhões km<sup>2</sup>, com a maior parte no Brasil), por ter 2/3 das florestas tropicais úmidas do Planeta e por ser o maior reservatório de água doce da Terra. Quase 1/5 de toda a água do Globo flui em seus rios. E a água será cada vez mais essencial pela previsão de escassez para o futuro. Já foi denunciado que, em livros escolares norte-americanos, a Amazônia é apresentada como “território sob jurisdição internacional” e, não, como parte do Brasil.

Caso a ALCA seja imposta ao País, não haverá forma alguma de defender a natureza. O “acordo” da ALCA impõe que nenhum governo pode impedir empresa alguma dos EUA de conseguir seus lucros, mesmo que seja à custa de despejo de resíduos tóxicos em um manancial de água potável. Um tribunal internacional, sob controle dos EUA, dará ganho de causa à empresa norte-americana, mudará a decisão do governo e ainda o obrigará a pagar uma multa para a empresa, sob a argumentação de que se estão limitando os lucros.

Defendemos a abolição da lei das patentes. A humanidade deve utilizar o conhecimento para seu próprio benefício, é incorreto, portanto, considerá-lo um monopólio. Menos ainda pode existir propriedade intelectual sobre qualquer tipo de forma de vida vegetal, animal ou humana.

Defendemos multas e sanções severas às empresas poluentes da atmosfera, dos rios e dos mares e às devastadoras de nossas florestas. Repudiamos qualquer tentativa de controle territorial da Amazônia pelo imperialismo. Nesta região, deverão ser criadas Reservas Extrativistas, espaços territoriais destinados à exploração e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos.

■ **Pergunta nº 6:** Quais são os principais pontos de sua proposta para a política externa brasileira?

**José Maria de Almeida:** O principal ponto é a ruptura da dependência com os países imperialistas, a começar dos EUA. Isso significaria a ruptura das negociações da ALCA e dos acordos com o FMI.

O atentado de 11 de setembro passado permitiu ao imperialismo recompor sua base nos EUA para uma contra-ofensiva

brutal em todo o mundo. O governo Bush pode, apoiado pela maioria dos americanos, tentar impor um projeto de recolonização em todo o mundo.

Os métodos fascistas do Estado de Israel na Palestina são apoiados direta ou indiretamente pelo governo Bush, e agora, a qualquer momento, pode ocorrer uma invasão ao Iraque. Para a América Latina, esse mesmo plano recolonizador quer impor a ALCA.

No entanto, esta contra-ofensiva imperialista não está ocorrendo em um momento de ascensão capitalista como na década de 90, mas no período de crise do neoliberalismo. Em todo o mundo, os planos neoliberais determinaram retrocesso econômico e social inédito para os países dominados e aos trabalhadores. Os tempos em que esses planos geravam grandes expectativas das massas ao terminar com os processos inflacionários, como na década de 90, já pertencem ao passado.

Neste início deste século, a ofensiva imperialista está acarretando enorme polarização social, econômica e política, gerando crises e mobilizações de massas em várias regiões do mundo, com picos na Palestina e Argentina. A verdadeira insurreição que derrotou o golpe na Venezuela é parte do mesmo processo de polarização.

Defendemos uma política externa independente, que apóie a luta dos trabalhadores de todo o mundo contra o imperialismo.







os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio  
Lula da Silva • José Serra • José Maria de  
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -  
Associação Nacional dos Dirigentes das  
Instituições Federais de Ensino Superior • ABMES  
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino  
Superior • ABED - Associação Brasileira de  
Educação a Distância • ABRUEM - Associação  
Brasileira dos Reitores das Universidades  
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -  
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058